



Revista Estudos Feministas

ISSN: 0104-026X

ref@cfh.ufsc.br

Universidade Federal de Santa Catarina
Brasil

Schilling, Flávia

ENTRE-MEMÓRIAS, ENTRE ARQUIVOS: PORQUE NÃO FALAR SOBRE O EXÍLIO?

Revista Estudos Feministas, vol. 23, núm. 3, septiembre-diciembre, 2015, pp. 991-999

Universidade Federal de Santa Catarina

Santa Catarina, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=38142136018>

- ▶ [Como citar este artigo](#)
- ▶ [Número completo](#)
- ▶ [Mais artigos](#)
- ▶ [Home da revista no Redalyc](#)

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Flávia Schilling

Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo

Entre memórias, entre arquivos: por que não falar sobre o exílio?

Resumo: A dupla condição de pesquisadora e testemunha dos acontecimentos que marcaram as ditaduras no Brasil e no Uruguai nas décadas de 1960 e 1970 marcam a escrita deste artigo. A partir de uma perspectiva do presente, faço uma visita ao passado através dos arquivos e das lembranças. Busco, com perguntas que se ancoram no presente e nas problemáticas que se impõem nos acontecimentos recentes, interrogar documentos e trazê-los à vida. Da mesma forma, trato as lembranças, focalizando minhas memórias como exilada no Uruguai.

Palavras-chave: memória; arquivo; exílio.



Esta obra tem licença
Creative Commons.

¹ Este texto pretende homenagear, entre outros, meu pai, Paulo Schilling, que viveu no exílio de 1964 a 1980.

Apresentação

Neste artigo¹ combinei, de forma sempre tensa e instável, um certo olhar sobre o arquivo e a memória e a condição de testemunha de quem vivenciou alguns acontecimentos que, em 2014, foram lembrados. Vários eventos relembraram o golpe militar de 1964, que repercute nos demais países da América Latina como um jogo de dominó.

Farei uma breve introdução, que apontará para uma certa perspectiva analítica, a partir do presente. Visitaremos, assim, o passado, com o olhar carregado das perguntas do nosso presente. Trabalharei um pouco a ideia de arquivo, pois lembrar é revirar os arquivos, tirá-los de sua condição de arquivos mortos, negar sua morte.

Concluirei com a minha condição de testemunha, com algumas memórias, focalizando, principalmente, o exílio, tema pouco tratado.

1 Pensar o presente: os arquivos

"Vivendo, se aprende; mas o que se aprende, mais, é só a fazer outras maiores perguntas"²

² Guimarães ROSA, 2006.

Pensar o presente, nossa atualidade, para ver quem somos, o que nos tornamos e, principalmente, pensar alternativas. “Qual é a resposta para a questão? O problema. Como resolver o problema? Deslocando a questão”.³

³ Michel FOUCAULT, 2005, p. 246.

Pensar problemáticamente pressupõe formular perguntas insuspeitas, transgredindo as regras do jogo, instituindo outros jogos, enfim. Ou fazer as perguntas óbvias, também, aquelas tão evidentes! Afinal de contas, para que serve a escola? O que faz a prisão?

Pensar problemáticamente pressupõe o arquivo. O que é o arquivo? É o retrato de uma dispersão. No arquivo, vale o “pertinente” ao seu estudo, e, principalmente, aquilo que aparentemente não é importante (ou “pertinente”). É o arquivo impertinente. Do mesmo e do resto. Das vizinhanças insólitas. O retrato de uma dispersão.

Isso é suficiente? Não. Não basta ter um arquivo. Todas as instituições têm o seu: um arquivo morto. O arquivo que servirá de base para o pensamento como resistência, fundado em uma atitude ético-política de crítica ao modo como somos governados e que procura pela possibilidade de novas formas de liberdade, é um arquivo que circula, um arquivo vivo. O mandato é: seja generoso com o seu arquivo e com o que descobriu. Faça-o circular. É o oposto ao arquivo morto. Um arquivo vivo.

O que isso produz, o que gera, o que provoca? O que nos deixa esse arquivo, esses encontros? A paixão pelo saber, a erudição. “A preguiça febril da terna, grande e calorosa maçonaria da erudição inútil”.⁴ Erudição inútil até que possamos, quem sabe, usá-la para reorganizar o arquivo, encontrar, nesse estudo febril, uma pergunta importante ou inédita. Quem sabe, detectar relações novas entre o que estava separado e compartmentado. Rever aquilo que havia sido esquecido ou que estava dito e não “vingou” e que agora, a partir de um olhar com os olhos bem abertos ao nosso presente, é pleno de potência.

Recordo o texto *Arquivar a própria vida*, de Philippe Artières,⁵ no qual o autor discorre sobre aqueles que não têm papéis que os identifiquem. É essa a primeira questão do clandestino: estar sem papéis que o identifiquem. Talvez esteja com um documento falso, mas todos os seus arquivos foram destruídos, queimados ou guardados. Quem é você? Quando você não está com seus arquivos, em seus arquivos? Quando todos os papéis ficaram em seu país e você não pode mais colocar seus pés em seu país?

O anormal é o sem-papéis. O indivíduo perigoso é o homem que escapa ao controle gráfico. Arquivamos, portanto, nossas vidas, primeiro, em resposta ao mandamento ‘arquivarás tua vida’ – e o farás por meio de práticas múltiplas: manterás cuidadosamente e cotidianamente

⁴ FOUCAULT, 1985, p. 168.

⁵ Philippe ARTIÈRES, 1998.

⁶ ARTIÈRES, 1998, p. 3. Essa descrição corresponde fielmente à nossa memória em relação aos nossos pobres e não renovados papéis: passaportes, identidades... que pânico nos dava ficar sem eles, na condição de ilegalidade além da de exilados!

⁷ Jacques DERRIDA, 2001.

⁸ DERRIDA, 2001.

⁹ DERRIDA, 2001, p. 17.

¹⁰ DERRIDA, 2001, p. 31.

¹¹ DERRIDA, 2001, p. 47.

¹² DERRIDA, 2001, p. 118.

o teu diário, onde toda noite examinarás o teu dia; conservarás preciosamente alguns papéis colocando-os de lado numa pasta, numa gaveta, num cofre: esses papéis são a tua identidade; enfim, redigirás a tua autobiografia, passarás a tua vida a limpo, dirás a verdade.⁶

O arquivo, segundo Derrida,⁷ vem de “arkhē”, palavra que designa, ao mesmo tempo, o começo e o comando. Diz que esse nome coordena dois princípios em um: um princípio da natureza ou da história, ali onde as coisas começam, e também um princípio de lei, ali onde os homens ou os deuses comandam, onde se exerce a autoridade, a ordem social, nesse lugar a partir do qual a ordem é dada.⁸

Agora, é possível separar? É possível dizer o limite, a fronteira entre o princípio da história e o da lei?

Se o arquivo abriga a memória, é também o lugar onde a esquecemos. Como voltar aos arquivos se não somos mais os mesmos? O que encontramos quando voltamos às pastas amarelas? Diz Derrida, também, que a primeira figura do arquivo a celebrar é seu duplo caráter instituidor e conservador. É revolucionário e tradicional: “[...] arquivo econômico neste duplo sentido: guarda, põe em reserva, economiza, mas de modo não natural, isto é, fazendo a lei (nomos) ou fazendo respeitar a lei”.⁹

As palavras lá estão, mas pulam de maneira diferente em nossa cara, pois é um outro tempo; estão, agora, agrupadas de outra forma. Se o arquivo é o penhor da tradição, o arquivo é, também, um penhor do futuro. Diz Derrida:¹⁰ “[...] não se vive mais da mesma maneira aquilo que não se arquiva da mesma maneira”. Daí, instituinte; daí, revolucionário. Guarda o passado e põe em questão a chegada do futuro.

Quais arquivos? Como dispô-los? Derrida interroga: já dispomos de um conceito de arquivo? “Dispôr de um conceito, ter segurança sobre o seu tema é supor uma herança fechada e a garantia selada de alguma maneira por essa herança”.¹¹ E discorre: “[...] nada mais perturbante e perturbado hoje que o conceito arquivado na palavra arquivo”.¹²

É não ter sossego.

Nada menos sossegado do que produzir um texto. Como se ligam – se é que se ligam – os temas, os problemas, as preocupações? Há de se construir uma linha de coerência? Talvez a que transpareça seja a da responsabilidade de intervir no debate público. Não de qualquer maneira, mas intervir com rigor, tentando pensar de modo a quebrar alguns impasses ou inéncias.

2 Entre memórias

Para quem viveu, no dia a dia, a história do golpe e dos golpes de Estado na América Latina, o ano de 2014 foi,

assim, difícil. Difícil, pois não importa a distância, não importa o tempo passado (e tanto tempo se passou! Nossos jovens alunos não fazem ideia de tudo o que aconteceu; é uma vaga impressão que se tem daqueles anos), tudo isso nos comove, nos balança, diz respeito. Não importa o tempo ou a distância, é quase impossível produzir a distância. Nos carrega e afeta.

Minha participação no colóquio sobre gênero, feminismos e ditaduras, ao qual fui convidada, foi motivada pelo tema e pela presença de pessoas que se dedicam, de fato, ao tema e à história bem-feita do vivido. Creio que também aceitei por pressentir que seria um espaço de liberdade. Usei esse espaço, falando, quem sabe, mais sobre liberdade do que de repressão, talvez menos do que deveria de gênero.

Quando apresento meu texto, este texto que combinará arquivo, memória e memórias pessoais, tenho várias hesitações: em um tema excessivamente amplo, geral... como entrar? Qual é a porta? Como escolher esse recorte a partir da percepção da imensa responsabilidade de produzir uma fala pública? A responsabilidade – tema candente e necessário no Brasil – é o que nos norteia.

A primeira questão é, portanto, de que lugar é possível falar? Qual será o lugar da fala da professora, da socióloga, da presa política, da memorialista, da militante?

Há uma segunda questão que envolve este falar: como falar – sem redução, sem simplificações trágicas e injustas – daquilo que é heterogêneo, múltiplo, complexo, irredutível? Ou seja, como falar com responsabilidade, sem palavras de ordem ou *slogans*, do heterogêneo e irredutível? Ou seja, como não produzir dano? Conversando uma vez com uma querida companheira de prisão, falava da minha experiência – de existência de um grande respeito entre as pessoas que lá estavam, durante alguns anos, vivendo a prisão –, ao que ela replicou indignada contando como foi terrível sua experiência, como os próprios pares, por momentos, podem reproduzir as grades, as prisões, encarnar a repressão e produzir muito dano, muitas prisões, muitos exílios, muitas experiências irredutíveis.

Como falar, então, sem reduzir, sobre o heterogêneo de forma responsável para não produzir ou reproduzir dano? Os discursos sobre o complexo e heterogêneo, muitas vezes para serem compreendidos, são simplificados em oposições, em amigos e inimigos, bons e maus, de lá e de cá, nós e os outros. Um princípio, portanto, deve conduzir essa fala: encarar a pluralidade, não negar o outro, não produzir dano.

Eu percebo que, em minha fala e em meu texto, aparecem misturados o passado e o presente: é esse o tema do encontro. Aqui estou no centro da questão da história desse passado. Mas como falar do ontem sem que o registro do

hoje – do presente – se faça presente, se é este presente o que temos, o que nos emoldura? Estou falando da repressão das ditaduras ou das formas contemporâneas de fascismos que permanecem e que produzem danos? Minha fala está entremeada das vivências que tenho esses dias de uma greve peculiar na minha universidade, do clima social que se abate sobre o país – obviamente construído – com uma permanência de notícias negativas sobre a vida que temos, de me colocar uma e outra vez a pergunta: afinal, que país é este?

E me dá vontade – afinal percebo que estou fazendo um exercício de liberdade, e não é este o objetivo do encontro: procurar espaços de liberdade? – de falar da Hannah Arendt, quando diz que nossa herança nos foi deixada sem testamento; ou seja, somos livres em relação a essa herança. O que não podemos fazer é ignorá-la, deixá-la de lado, ou ela nos assombrará.

3 Exílios

Usando essa liberdade em relação à herança, penso no clima social que se viveu no golpe de 1964. Começo, assim, a contar uma história, a recuperar uma memória de quando tinha 10 anos. O fato mais marcante desse ano, para mim, que permanece em meus olhos até hoje, que arrepia minha pele, é o da noite do comício da Central do Brasil, no dia 13 de março de 1964. Esse é, para mim, um momento ainda mais marcante do que o dia do golpe de Estado. Morávamos no Rio de Janeiro, e “meu pai” trabalhava com Leonel Brizola, então governador. Participou ativamente na produção desse grande encontro, quando o então presidente, João Goulart, anunciaría algumas “reformas de base” (ainda muitas por vir). A direita (também marcada por uma grande heterogeneidade) já estava nas ruas, anunciando o que viria: marchas em defesa da família contra o perigo do comunismo, com Deus e pela família. Naquele dia, a ordem lançada era que todos os moradores colocassem panos brancos em suas janelas e acendessem velas para orar contra o perigo comunista. Morávamos, então, no Leblon, bairro de classe média, em uma rua que tinha, no seu final, uma grande favela. Todos – era o que sentia – se mobilizaram. A cena era arrepiante, a rua e as esquinas cobertas de velas, as pessoas orando, os panos brancos esvoaçando. Todos, sem diferenças de classe, sem diferenças naquele momento: foi aí que, para mim e minha família, começou o exílio. Não meses depois, quando meu pai, após asilar-se na embaixada do Uruguai, nos chamou para morarmos lá. Começou naquele dia 13 de março, naquela noite. Há uma expressão criada no Uruguai para retratar a situação em que as pessoas estão em seu país e não se sentem mais pertencentes a esse país: é o “inxílio”.

A partir daí, quem sabe falar do exílio? Tema pouco falado e tão heterogêneo e múltiplo quanto o da prisão.

Depois de alguns anos de fechamento, no grupo dos filhos de exilados, chegamos, de fato, ao Uruguai, pois no começo tudo era estranho: os costumes, as roupas, as músicas, os códigos. Tudo era diferente. Assim, conhecemos na pele o que significa ser exilado. Exilado é aquele que não conhece os códigos, que, muitas vezes sem querer, quebra os códigos. Exige-se, assim, de todos um grande esforço de contenção, de atenção, de alerta.

Da primeira fase do exílio quero resgatar a energia daquele grupo de exilados, sempre tão atentos ao que acontecia no país (nunca imaginaram um exílio tão longo!), os que chegavam e partiam (para o Brasil ou outros países), entre eles, Betinho. Quero resgatar, também, como contraponto necessário, a decepção, o desânimo de muitos, as disputas políticas. Situações graves de pessoas partidas, quebradas, dilaceradas,¹³ ocupando lugares muito diferentes, com situações de classe muito distintas, o que fazia o exílio ser mais ou menos difícil, pois se era mais ou menos pobre, mais ou menos inseguro, mais ou menos sofrido.

Naquele tempo, compreendi a efemeridade do “poder”. Convivíamos com muitos “ex”: ex-presidente, ex-governador, ex-ministro, ex-reitor da UnB. Um mundo “ex”. Isso marca, indelevelmente, minha relação com “o” poder. Nunca mais me fascinei, temi, encarei com temor ou reverência quem – de forma sempre tão precária e instável – ocupa lugares de poder. Isso é muito bom.

Nunca esquecerei a sensação de “domino” daqueles tempos; um após outro, nossos países viviam golpes de Estado: Brasil, Bolívia, Peru, Uruguai, Argentina, Chile. Foi um tempo duro, de ser “estrangeiro” e estranho, de quebra de códigos. Não havia lugar seguro. Estavam presentes o medo e a dor. A dificuldade de sobreviver, meu pai lutando para sustentar uma família grande. Cabe lembrar os trabalhos do meu pai na Editora Diálogo, no Semanário Marcha, cada uma de nós tentando achar um lugar possível para viver. Tempos em que a política dava as cartas, determinava cada momento de nossas vidas.

Durante muito tempo a fala de que quem era ou foi exilado foi meu pai. Era apenas uma defesa, exilados fomos todos nós, a família. Parecia que o exílio era do outro, mas era nosso, era diário, era constante.¹⁴

Continuo com uma breve reflexão sobre o exílio, tentando manter seus vários laços vibrando, usando alguns apoios teóricos.

Falamos, portanto, dos exilados, refugiados, migrantes, desterrados, desenraizados, deslocados. Termos da nossa história, termos da experiência da modernidade. “Indivíduos

¹³ O que era para durar um ou dois anos durou quinze! Boa parte do exílio foi no Uruguai e, após a minha prisão, para minha mãe e meu pai, aconteceu a expulsão do país, a ida para a Argentina para onde também foram minhas irmãs pequenas. Violação clara do direito de asilo, nunca reparada ou lembrada. Viveram tempos sombrios, de grande perigo, na Argentina da guerra, dos desaparecidos.

¹⁴ Masculino e feminino? A luta era masculina? Daí o exílio ser masculino? Aproveito para lembrar nomes da família, também exilada: Inge, Cláudia, Flávia, Valéria, Andrea. Quem pode contar as lutas das mulheres?

¹⁵ Zygmunt BAUMAN, 2001, p. 239.

frágeis, destinados a conduzir suas vidas numa ‘realidade porosa’, sentem-se como patinando sobre gelo fino”.¹⁵ Essa é, de alguma forma, uma experiência bastante comum, conhecida por todos nós. Não passa indiferente: provoca reações e respostas. Na primeira edição do Fórum Social Mundial, uma expositora boliviana reivindica o direito ao enraizamento como um direito humano. É o direito de não ser obrigado a migrar, de não ser expulso ou deslocado de sua terra.

São exílios marcados pela força, exílios voluntários – existirão? Exílios provocados por mudanças – que nos fazem sair, estar fora, expulsos daquilo que nos era familiar.

É tudo marcado apenas pela dor? Qual é o olhar que se cria quando estamos fora? Este estranhamento, este olhar partido, este deslocamento pode ser visto em sua positividade e como um elemento fundamental para o conhecimento. É nessa linha que trabalha Bauman,¹⁶ comentando Derrida: somos por ele convidados a “pensar em viagem”, ou seja, pensar a atividade única do partir, ir embora do “chez soi”, para o desconhecido, para viver todos os riscos, prazeres e perigos. Construir um lar na encruzilhada parece ser uma forma muito contemporânea de descrever nossa situação humana. Bauman¹⁷ toma essa metáfora e nos diz que “[...] em vez de ser sem pátria, o segredo é estar à vontade em muitas pátrias, estar em cada uma ao mesmo tempo dentro e fora, combinar a intimidade com a visão crítica de um estranho, envolvimento com distanciamento”.

Ser exilado no lugar (não do lugar) resultaria em liberdade, pois criar e descobrir significa quebrar uma regra; e o exilado rompe regras não por escolha, mas por desconhecer os códigos profundos daquela cultura. Ao mesmo tempo, na volta, trará para o país de origem este estranhamento. Bauman diz ainda, citando Christine Brooke-Rose (*exsul*), que a marca distintiva de todo exílio é a recusa a ser integrado, a determinação de situar-se fora do espaço, construir um lugar próprio, uma resolução a manter-se “não socializado”.¹⁸

Daí, por exemplo, ser possível discutir o exílio não necessariamente ligado a uma experiência física – de deslocamento de um lugar –, mas a uma experiência mais geral, como “inxílio”, como um deslocamento, como a perda da familiaridade.

Só consegui elaborar esses conflitos – que combinam perda e aumento da liberdade e da criação – muitos anos após o fim dos exílios em seu sentido estrito, o exílio político.

Tentando pensar nessa experiência, à luz das colocações anteriores, exílio é violência, é desenraizamento, é ser arrancado. É estranhamento: é viver a condição de estrangeiro.

Exílio é viver olhando para fora; é a vivência de um tempo que se espera que seja breve; é a vivência constrangida de um tempo que passará, como uma febre. É um

¹⁶ Zygmunt BAUMAN, 2001.

¹⁷ BAUMAN, 2001, p. 236.

¹⁸ BAUMAN, 2001, p. 238.

tempo de dor, pois não há mais lugar para aqueles que lutaram naquele país, por aquele país. É um tempo de raiva. É um tempo de fechamento.

Exílio é um tempo de manter a língua natal, manter os costumes. As reuniões e os amores ocorrem naquele círculo. Ao mesmo tempo, quando o exílio se prolonga – e como foi longo o tempo desse exílio do Brasil – impossível não viver aqueles outros países, mesmo sob o signo do provisório. O exilado – se pudesse defini-lo – é aquele que não desmanchou as malas, ou aquele que está com as malas sempre prontas para a volta. A volta, quando é possível, é acompanhada por uma pergunta: voltamos ou ficamos? Muitos ficam. Passam da condição de exilados para a de cidadãos dos novos países. Podemos continuar e problematizar: volta-se? Volta-se para um lugar físico, geográfico. Nada mais é igual, claro.

Exílio é uma experiência, como narra Bauman, imprescindível: compõe um lugar que permite ver como nunca se poderia ver se tivéssemos ficado dentro. É o olhar que permite conhecer como vivemos. A volta? O olhar estrangeiro não se perde mais. O estranhamento permanece, agora, em relação àquilo que se sentia como tão familiar e próximo. A mim, esse estranhamento, esse olhar de estrangeira em meu país – e em qualquer país – me leva a interrogar e tentar compreender o tempo todo. Não há mais familiaridade possível. Rompemos as regras do país natal quando voltamos. Não conhecemos mais os códigos.

E como ficamos, o que fica? O desafio é lidar com o conflito, não considerar que o conflito possa ser resolvido e não deixar que o conflito esmague.

São, assim, características constitutivas do exilado: a resoluta determinação de permanecer “não socializado”; o consentimento a integrar-se apenas sob a condição de não integração; a resistência, muitas vezes penosa e agonizante, mas em última análise vitoriosa à grande pressão do lugar, tanto o antigo quanto o novo; a áspera defesa do direito de julgar e escolher; a adesão à ambivalência ou a sua invocação¹⁹ nos fazem o que somos.

Pensei muito em como concluir este artigo, texto, fala tão misturada na qual aparecem perspectivas analíticas, autores, lembranças, sociologia e militância, com a firme reivindicação de que este tema – o do exílio – nos pertence e nos marca até hoje, não apenas os titulares do exílio, mas a família, aquela que viveu junto, no dia a dia, o estranhamento, a pressão, a condição estrangeira.

Talvez tenha que permanecer inconcluso, pois trata-se de história coletiva, a ser contada a partir de sua heterogeneidade e com mil perspectivas, história memória caleidoscópica, como toda memória.

¹⁹ BAUMAN, 2001, p. 238.

Referências

- ARTIÈRES, Philippe. "Arquivar a própria vida". *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 3, 1998.
- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- DERRIDA, Jacques. *Mal de arquivo*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- FOUCAULT, Michel. *Ditos e Escritos II: arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.
- _____. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- ROSA, Guimarães. *Grande Sertão: Veredas*. São Paulo: Nova Fronteira, 2006.

[Recebido em 23 de janeiro de 2015
e aceito para publicação em 15 de março de 2015]

Between Memories, Between Archives: Why Not Talk about Exile?

Abstract: This article is based on my double condition of a researcher and a witness of the main events of Brazil's and Uruguay's dictatorships in the 1960s and 1970s. From a perspective of the present time, I visit the past through files and memories. My goal is to ask questions anchored in the present and in problematics of the current events, to search in the documents and bring them into life. In the same way I deal with the memories, focusing my recollections as an exiled person in Uruguay.

Key Words: Memory; Archive; Exile.